

CPLP Plano para promoção internacional da língua portuguesa

Um 'empurrão' a uma estratégia concertada de afirmação internacional do português, nomeadamente no sistema das Nações Unidas, saiu da semana de reuniões em Brasília no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), que culminou com a aprovação a 31 de Março pelo conselho ministros de um plano de acção a ser apresentado à (VIII) cimeira da organização, este ano, em Luanda.

Os ministros acolheram a proposta do chefe da diplomacia portuguesa, Luís Amado, para a realização em Portugal, em 2012, de um encontro de avaliação da execução do plano de acção, aberto à sociedade civil, tal como a *Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial*, que antecedeu em Brasília a sessão ministerial.

Nos termos do plano de acção, as missões permanentes dos Estados Membros da CPLP em Nova Iorque junto da ONU são chamadas a agirem em coordenação para que o português se torne «língua de documentação» das Nações Unidas, permitindo a «publicação sistemática em português de documentos da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança» da organização. Com esse objectivo, os países da CPLP propõem-se mesmo vir a financiar a criação de um corpo de tradutores especializados no âmbito do Secretariado das Nações Unidas e a promover a formação especializada de tradutores e intérpretes para actuação nos organismos internacionais.

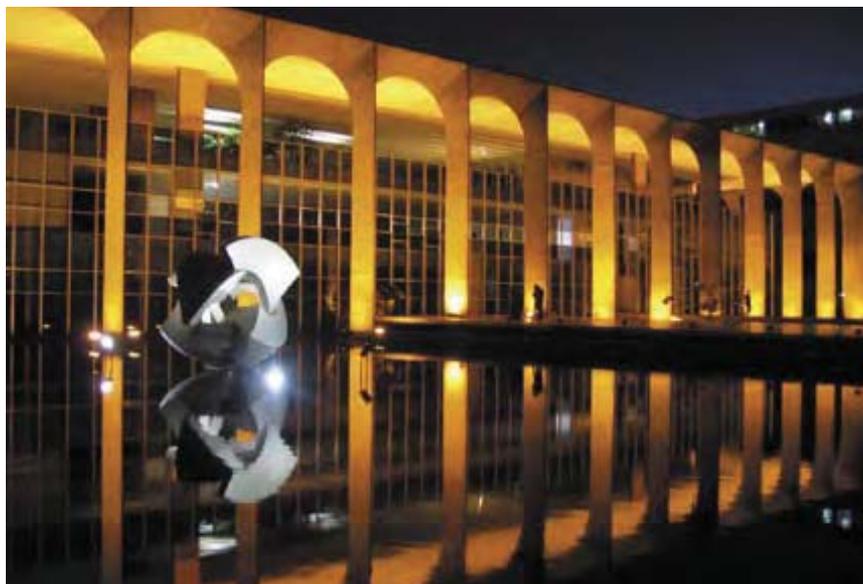
A CPLP anunciou igualmente a intenção de, através dos Estados membros, contratar «serviços de interpretação para eventos de alto nível», tanto da ONU como de outras instâncias internacionais, nomeadamente UNESCO, organização relativamente à qual se tem, noutra linha de actuação, «dar prosseguimento à iniciativa de adopção do português como língua de trabalho da Conferência Geral» da organização. Um gesto simbólico nesse domínio foi já a interpretação das intervenções em português dos chefes de delegação no debate geral da Assembleia Geral das Nações Unidas, que a Presidência portuguesa da CPLP promoveu em 2008 e que retomou

em 2009, desta vez em nome da própria CPLP.

Ainda relativamente à ONU, a CPLP quer também «promover gradualmente a tradução para o português dos portais virtuais das Nações Unidas, com prioridade para o sítio principal e para aqueles cujo conteúdo tem maior impacto para a cidadania nos países da CPLP (direitos humanos, UNICEF, questões sociais, OMS, etc.)», bem como «reforçar o apoio ao Departamento de Informação das Nações

União das Nações Sul-americanas. Mas os Estados membros da CPLP pretendem ser «mais ambiciosos, em particular no sistema das Nações Unidas», segundo se afirmava na 'Declaração da Praia sobre a Projectão da Língua Portuguesa no Mundo', aprovada na cimeira de Julho de 2009. Para tal é necessário que ajam conjuntamente, quer no domínio político-diplomático quer no domínio prático, com medidas concretas, que o plano de acção agora aprovado contempla.

nas organizações internacionais, define estratégias de promoção e difusão do ensino da língua portuguesa, tanto no espaço da CPLP como em países terceiro (o denominado 'português língua estrangeira'), e faz o ponto do estado de desenvolvimento do acordo ortográfico, abrindo caminho a que venha a ser elaborado sob os auspícios do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) «um Vocabulário Ortográfico Comum de Língua Portuguesa, que consolide



Unidas, especialmente à Secção de Língua Portuguesa da Rádio das Nações Unidas».

Na abertura da conferência internacional de Brasília, o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, António Aguiar Patriota, declarou que «a língua portuguesa não dorme», numa alusão à sua disseminação por vários continentes. Com efeito, o português é o sexto idioma mais falado em todo o mundo. E é também língua oficial em cerca de 20 organizações internacionais, nomeadamente de cariz continental, como a União Africana, a União Europeia, a

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

O documento de Brasília teve como base o relatório de peritos produzido sob os auspícios da Presidência Portuguesa da CPLP – por solicitação expressa da 'Declaração da Praia' –, depois trabalhado pelas delegações governamentais dos Estados membros na segunda parte conferência internacional sobre o futuro do português no sistema mundial, que decorreu a 29 e 30 de Março na capital federal brasileira.

Dividido em seis partes, o plano de acção elenca um conjunto muito diversificado de medidas para a implantação da língua portuguesa

tanto o léxico comum quanto as especificidades de cada país».

O documento aborda também o tema da difusão pública da língua portuguesa – apoiando os esforços do secretariado executivo da CPLP para desenvolver um projecto de televisão da comunidade e «incentivar a sua fase inicial, relativa à formação de uma agência para difusão de informação e conteúdos» – e o da importância da língua portuguesa nas diásporas, tema em que se advoga a oferta curricular do português nos sistemas de ensino dos países e regiões onde existem comunidades de cidadãos provenientes dos Estados membros

da CPLP.

A mobilização da sociedade civil em apoio do plano de acção é previsto no documento que anuncia a intenção de introduzir o tema da promoção e difusão da língua portuguesa no I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, a realizar ainda este ano.

A sociedade civil dos países da CPLP esteve, aliás, presente na conferência internacional sobre o futuro do português no sistema mundial, que antecedeu a reunião extraordinária de ministros de Negócios Estrangeiros da CPLP dedicada à língua.

Representantes da sociedade civil e especialistas portugueses na área da língua e da comunicação participaram nos trabalhos da conferência internacional, co-presidida pelo Brasil, enquanto país de acolhimento, e por Portugal, na qualidade de Estado que actualmente preside à CPLP. Para além dos Estados membros da CPLP – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste – participaram como convidados representantes dos Estados com o estatuto de observadores associados da comunidade – Guiné-Equatorial, Ilhas Maurícias e Senegal.

Ao lado de escritores, professores, académicos, editores, jornalistas e outros profissionais ligados à difusão da língua dos restantes sete Estados membros da CPLP, Portugal esteve representado na primeira parte da conferência internacional (25-27 de Março), aberta a elementos da sociedade civil dos países da comunidade, pelo embaixador de Portugal em Brasília, João Salgueiro, que falou na sessão inaugural juntamente com representantes de Brasil e Angola, pelo embaixador junto da CPLP, António Russo Dias, pela Presidente do Instituto Camões (IC), Ana Paula Laborinho, pelo Presidente da Agência Lusa, Afonso Camões, pelo Reitor do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa, Luís Reto, pelos professores universitários Ivo de Castro (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), Inês Duarte (coordenadora científica do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa), Mário Filipe (Universidade Aberta), João Costa (membro da comissão nacional do Instituto Internacional de Língua Portuguesa – IILP) e pelo jornalista e escritor José Carlos Vasconcelos, director do Jornal de Letras.

A conferência internacional, que teve como palco o Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, contou com um total de dez sessões de trabalho com nove temas, em dois dias.

Bruxelas Programação cultural: modo de fazer

«A questão é simples. Como é que se constrói a programação cultural de um país no estrangeiro? Com que meios, com que objectivos? Bruxelas, que é a 'capital' da União Europeia (UE), e onde desde Maio de 2009 Margarida Gouveia Fernandes, diplomata com um extenso currículo na área da acção cultural externa, é conselheira cultural da Embaixada de Portugal, pode mostrar-nos como se faz.

Antes do mais, na elaboração de uma programação cultural, está uma recusa: a de acolher nornamente o que aparece. Muitas programações culturais não partem do zero. Mas Margarida Gouveia defende que, «embora se deva estar atento às propostas do exterior, é importante que o Programa de Actividades da Embaixada seja, sobretudo, fruto de uma reflexão» própria. Ou seja, diz a conselheira numa entrevista escrita, «será necessária uma linha clara de actuação, com parâmetros facilmente reconhecíveis», o que «facilita e clarifica as negociações com as instituições parceiras»,

como mostra a sua experiência de postos anteriores.

Depois, há a especificidade de Bruxelas. A condição de capital de facto da UE, não dota Bruxelas de «uma oferta cultural superior à de algumas outras capitais europeias», regista Margarida Gouveia, que antes da capital belga passou como adido cultural por Bona, Berlim e Moscovo. Reconhece que, sede da Comissão Europeia e do Conselho Europeu e «espaço cosmopolita», Bruxelas atrai «organizações, representações e imprensa de todo o mundo» – que designa por «multiplicadores» –, o que «oferece certamente às actividades que aqui decorrem uma visibilidade considerável».

Trata-se de os aproveitar. «Tal facto é compreendido pela maioria dos países europeus, que fizeram e fazem da sua política cultural o pivot de todas as suas actividades». A prova? «A existência de importantes centros culturais, mesmo da parte dos países que integraram ultimamente a União Europeia»,

refere. A conselheira cultural rejeita contudo fazer a operação inversa: como a competição é muita e a recompensa grande, pensa-se a programação em função dessa condicionante: «partir da questão da competitividade não parece ser a melhor forma de pensar uma programação de representação cultural», comenta.

O cenário belga não esgota a sua especificidade na capitalidade europeia. A sociedade belga – «embora talvez se devesse falar de sociedades belgas» –, «aprende com especial agudeza (é um terreno fértil para) os desafios da contemporaneidade», explica Margarida Gouveia. Nesta contemporaneidade, a «fragmentação» parece ser o reverso da «globalização» e as «identidades monolíticas» dão lugar a «identidades múltiplas». É um processo que se reflecte na Bélgica e, «em consequência, existe uma cena artística, aberta à experimentação e à transversalidade», considera a conselheira cultural portuguesa.

«O objectivo e preocupação será sobretudo articular a divulgação da cultura portuguesa com a internacionalização dos nossos criadores e cientistas, desenvolvendo uma programação de qualidade, que sirva os vários públicos específicos e simultaneamente espelhe e transporte o nosso património e a nossa contemporaneidade».

A contemporaneidade não surge,

mas se se fala de diálogo, fala-se de interlocutores, e um plano de acção cultural é também pôr a falar e a interagir instituições e outras entidades com responsabilidades nesses domínios. «Tal implicará necessariamente – afirma a conselheira cultural portuguesa – um intercâmbio de criadores, mediadores e responsáveis, direccionado para programas a médio e longo prazo, que permitam não só tecer redes de contactos e cumplicidades nos vários sectores, como também incentivar e burocratizar processos de trabalho entre instituições portuguesas e belgas, desencadeando inevitavelmente novas dinâmicas e o desenvolvimento orgânico de projectos comuns».

Esta ideia de diálogo explicará por que razão Margarida Gouveia não se mostra entusiasmada com as concentrações de eventos. «Embora grandes eventos sejam importantes para a visibilidade de uma cultura, potenciada pelas múltiplas energias que se disponibilizam em tais ocasiões, eles não substituem uma presença regular, dirigida aos vários públicos específicos», responde.

Neste processo todo, o papel do conselheiro cultural é «agir como sonda ou sísmografo», diz Margarida Gouveia. A ele cabe detectar tendências e identificar os interlocutores, «institucionais ou não», acrescenta. «Ao assumir cada vez mais um papel de mediador e de catalisador de energias, terá como objectivos a criação de plataformas de encontro para os criadores de ambos os países, a intensificação dos intercâmbios académico e científico e o estabelecimento de uma rede de contactos e apoios nos vários sectores, sendo fundamental a definição dos temas através dos quais a cultura portuguesa pode ser entendida e/ou reconhecida». Porque, sublinha, na acção cultural externa, «tão importante como a difusão da cultura e língua portuguesas», é «a capacidade de iniciativa na definição dos temas a debater e subseqüente intervenção e participação activa nos fora internacionais onde são debatidas as questões da contemporaneidade».

Cepeda, Oliveira, Lobo Antunes e outros

«Até 2 de Maio os habitantes de Bruxelas, ou seja, belgas mas também os muitos estrangeiros residentes na "capital" da União Europeia, vão poder ver imagens de André Cepeda, um dos mais (re)conhecidos fotógrafos portugueses da nova geração.

Cepeda, que foi finalista este ano do Prémio BES Photo, provavelmente o mais importante galardão fotográfico português, trouxe a Bruxelas, pela mão da galeria Contretype, em cooperação com a Embaixada de Portugal e com o apoio do Instituto Camões, o seu projecto Ontem, o resultado de vários anos de trabalho em que se interessou pela vida dos habitantes das «ilhas» do Porto, onde encontrou uma população «pobre e envelhecida» com perspectivas desencorajantes, mas que prossegue com a sua vida e que o levou a perguntar: «O que é importante

na vida? O que nos faz lutar e estar onde estamos?».

André Cepeda fez sair em Bruxelas um livro com as imagens da sua exposição, numa publicação das Editions Le Caillou bleu, acompanhadas de um texto do curador Miguel von Hafe Pérez, que presentemente dirige o Centro Galego de Arte, e de uma entrevista com Jean-Louis Godefroid, comissário da exposição já anteriormente apresentada em Lisboa e no Porto.

A contemporaneidade que atravessa todo o trabalho de André Cepeda é uma das marcas distintivas da programação concebida para 2010 pela conselheira cultural da Embaixada de Portugal em Bruxelas, Margarida Gouveia Fernandes. Mas essa contemporaneidade, também patente na prevista participação dos designers de mobiliário "Na Boca do Lobo" na Bienal Internacional de Design de Liège (com uma exposição em Outubro no Museu da Catedral de Liège) e em mais duas exposições, de fotografia e de banda desenhada, não retira diversidade à programação para 2010, que cobre cinema, artes plásticas, música, artes performativas, literatura e história.

Sendo as artes plásticas um sector em que «a programação das instituições que nos interessam é feita com muita anterioridade e tendo eu chegado a este posto em Maio de 2009, os projectos que exigiam uma preparação a longo prazo terão que ser realizados nos próxi-



Manoel de Oliveira no C. Cultural de Flagey

mos anos», adverte a conselheira cultural portuguesa em Bruxelas.

No que se refere à divulgação de autores e realizadores portugueses, a Embaixada de Portugal promoveu, no início deste ano, um encontro com o realizador Manoel de Oliveira, que se realizou no Centro Cultural Flagey, por ocasião de um ciclo de obras suas apresentado em Bruxelas ao longo do mês de Janeiro.

Em Março, foi organizado um encontro com Mia Couto (no âmbito da Presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), na Casa Internacional das Literaturas Passa Porta, em Bruxelas. Margarida Gouveia salienta que o nº 4 dos Cadernos Damião de Goes, uma iniciativa da Embaixada e da Livraria Orfeu, editado em Dezembro de 2009, foi dedicado integral-

mente ao escritor moçambicano.

Em Junho, será a vez de apresentar o escritor António Lobo Antunes, em Bruxelas, no âmbito do ciclo L'Europe des écrivains (Centro Cultural Flagey), em Liège (Museu de Arte Moderna e Contemporânea) e em Antuérpia (Biblioteca Permeke). Ainda em 2010, está prevista a edição do nº 5 dos Cadernos Damião de Goes, dedicado a Gabriela Llansol, estando agendada na ocasião uma conferência do professor universitário João Barrento, sobre a obra e o espólio da escritora falecida em 2008.

A valência dança/performance/teatro contemporâneos é «uma das prioridades» de Margarida Gouveia, por muitas vezes serem projectos multidisciplinares, se inserirem em redes europeias/internacionais e responderem ao quesito da contemporaneidade. No entender da conselheira cultural, «a criação que se desenvolve em Portugal nesta área é passível de uma internacionalização activa». Em 2010, espera poder apresentar a obra Talk Show – até se apagar o corpo, de Rui Horta (já vista no CCB), e Void, de Clara Andermatt.

A música é outra linha de programação privilegiada pela programação da conselheira portuguesa. E aqui, diz, «o objectivo é não só promover a internacionalização dos nossos solistas, mas também promover a inserção de obras de compositores portugueses no repertório de orquestras

de outros países». Propôs assim ao maestro Bartholomeus-Henri Van de Velde, director artístico da Charlemagne Orchestra for Europe, e este aceitou, um concerto com os solistas Filipe Pinto-Ribeiro, Tatiana Samouil e Justus Grimm (músico do Teatro de la Monnaie), num programa que inclui obras de Schumann e de um compositor contemporâneo português (ainda em processo de escolha). O concerto terá lugar em Bruxelas no 2º semestre do ano.

Também em Bruxelas, terá lugar um concerto com obras de compositores portugueses (Manuel Rodrigues Coelho, Francisco Xavier Baptista, António Carreira e Carlos Seixas) e do Cancioneiro de Elvas, interpretadas pelo Ensemble de música barroca Ellyptica, dirigido pela cravista Sónia Ferro, revela. Eventualmente, diz, será possível ainda realizar em 2010 um recital de canto e piano com a soprano Lara Martins e o pianista João Paulo Santos, com um programa incluindo obras dos compositores Luís Freitas Branco (poemas do poeta belga Maurice Maeterlinck), António Fragoso (canções de Verlaine), Jorge Croner de Vasconcelos (poemas de Luis de Camões) e Fernando Lopes-Graça (odes/poemas de Ricardo Reis / Fernando Pessoa). Numa outra linha está também a preparar um concerto do grupo Bansuricollectif (sobretudo jazz), sob a direcção do compositor e músico Rui Salgado.

Jardim Suspenso em cena no D. Maria Labirinto interior

«É uma peça que se presta a muitas leituras», assim resume Alfredo Brissos o texto vencedor da edição de 2009 do Prémio de Dramaturgia Luso-brasileiro 'António José da Silva', da autoria do português Abel Neves, cuja encenação apresenta em estreia a 29 de Abril no Teatro Nacional D. Maria II (TNDMII), em Lisboa.

A estreia do espectáculo vai coincidir com o lançamento da peça de Abel Neves em livro, na colecção de teatro da Sextante Editora.

O convite para encenar Jardim Suspenso, a peça premiada pelo concurso instituído pelo Instituto Camões e pela FUNARTE (Brasil), surgiu naturalmente para Alfredo Brissos, que foi colega de Abel Neves na Comuna - Teatro Pesquisa, quando este era aí, segundo diz, dramaturgo residente e actor e ambos partilharam o palco. Mas não só por isso. «Admiro muito o Abel Neves enquanto escritor e esta peça é um grande desafio de encenação e de direcção de actores», sublinha a propósito do texto daquele que é um dos mais representados dramaturgos portugueses da actualidade.

«Li a peça e achei que era um desafio interessante, de combate de afectos, que é aquilo que eu procuro no teatro», explica Alfredo Brissos, que depois de muitos anos como actor e assistente de encenação de João Mota, na Comuna, assinou a sua primeira encenação em 1995, com a peça Aqui, de Michael Frayn. «Para mim, o teatro é a arte dos afectos. Jogamos com o riso, jogamos com o amor, jogamos com o ódio, com os silêncios, com a mentira, com a verdade. Tudo isso, essa peça tem», afirma Alfredo Brissos, que a si próprio se posiciona no teatro como «nada brechtiano, se pensarmos no teatro como a técnica do distanciamento».

«Se a grande força da peça de teatro não for essa luta de emoções que desperta no público, as pessoas adormecem», diz peremptoriamente, considerando que, diferentemente do que propõe o teatro brechtiano, com o seu apelo à 'estranheza' e à razão, «a modificação nas pessoas deve ser feita por dentro e cada vez mais». A banalização da violência distanciada pelo ecrã das televisões exige, em seu entender, que o teatro seja «vivenciado». «Tem de ser ali mesmo, dia a dia, hora a hora, momento a momento. É o momento passa e, se não foi, já não é».

No caso da encenação que está a preparar, esse aspecto é reforçado pelo carácter «muito intimista» da sala estúdio do TNDMII, bem distinto de um palco 'à italiana',

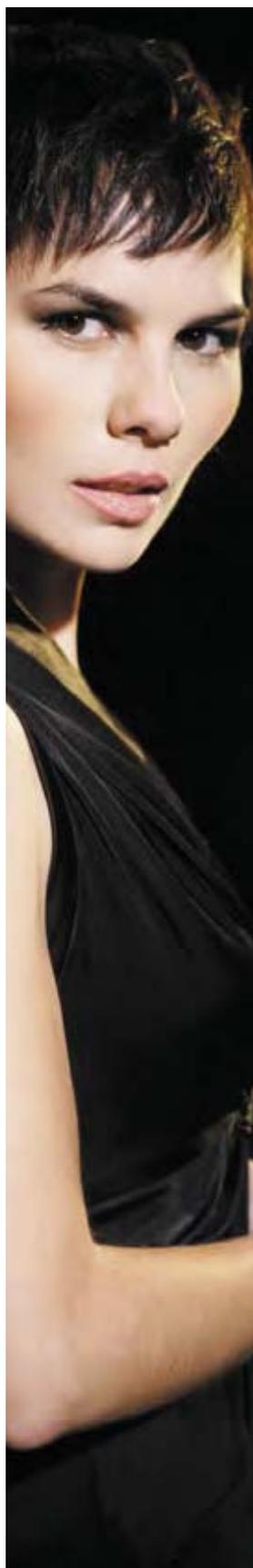
onde existe um distanciamento em relação ao público e se pode «mentir um bocadito melhor». Na sala estúdio, «é como nós estarmos aqui em frente um do outro. Tudo se vê. Não pode haver mentira». «Se a gente se distrai, a olhar para o público, já não está lá. O público percebe isso. Temos que o agarrar e o agarrar é exactamente isso, embarcá-lo numa torrente de afectos», explica.

Acresce que a Brissos agrada aquilo que descreve como «jogos de pingue-pongue»: «tão depressa é 'toma lá amor', como tão depressa 'toma lá raiva', 'toma lá choro', 'toma lá riso' (...) É aquilo que eu acho que deve ser uma peça de teatro. Não ser só bonita, na escrita, mas ter esse lado humano, de emotividade».

Para o encenador - que a si próprio prefere designar-se como «director de actores» ou mesmo como «ensaaiador», por gostar de «trabalhar com o lado interior do teatro que os actores transportam» - a peça de Abel Neves tem ainda

A EQUIPA

Carla Chambel (n. 1976) é a protagonista de Jardim Suspenso, onde contracena com a consagrada Simone de Oliveira. A actriz que começou no Teatro Nacional D. Maria II em 1995, na peça A Disputa de Marivaux, dirigida por João Perry, trabalhou depois com encenadores como João Mota, Carlos Avez e João Lourenço, entre outros, mas foi com a participação em filmes e séries televisivas que o seu rosto se tornou conhecido do grande público. Além de Carla Chambel e de Simone de Oliveira, que desempenha o papel da avó na peça do dramaturgo Abel Neves, fazem parte do elenco Cármen Santos (a mãe), Manuel Coelho (o pai), Carlos Oliveira (Mateus) e Luciana Ribeiro (Paula). A cenografia é de Maria João Castelo, tal como os figurinos. O desenho de luzes pertence a Paulo Sabino e os ambientes sonoros a Hugo Franco.



um outro elemento atractivo: o facto de não ser «linear». «A peça é mais do que aquilo que à partida parece ser. É uma peça que, tendo um final, é uma peça em aberto».

Prestando-se a muitas leituras, necessita no entanto de «uma linha de base», razão que levou Alfredo Brissos a pedir o auxílio de um psicólogo, com o qual está a trabalhar no âmbito da «psicologia performativa». Resistindo a explicitar as leituras que faz do texto («porque depois as pessoas ficam presas à leitura que eu fiz e eu gosto, depois, de ouvir o público a fazer a sua própria leitura»), o encenador de Jardim Suspenso sempre vai adiantando que muito gira em volta da personagem central da peça - Luzia - e da complexidade psicológica que a personagem interpretada pela actriz Carla Chambel carrega.

A sinopse da peça fala da «fidelidade a alguém num amor que não é correspondido». Luzia «não abandona a sua fidelidade e decide abandonar-se, dissolvendo-se na vida, por inacção. À sua volta, no jardim que ela construiu por amor, a família - ignorando a devoção amorosa a Mateus que, não sendo irmão», cresceu com Luzia - «procura compreender o enigma». Ou seja, como já afirmou Abel Neves, «uma história para teatro que tenta apresentar-se simples e, simultaneamente, complexa» e que é também uma história, «da nossa condição humana».

«Estamos a trabalhar numa justificação. Porque é que aquelas pessoas são assim - a mãe, o pai, a avó, a Luzia, o Mateus e a Paula - porque é que estas personagens reagem assim. Quem é que é culpado? Ela é mimada, não é mimada? Ela é birrenta? Não é birrenta? Ela é fruto dos outros, não é fruto dos outros? Foram os pais que a tornaram assim. Portanto, isto é um labirinto interior», sintetiza Alfredo Brissos, que destaca igualmente a contradição de o cenário ser «um jardim suspenso», isto é, «um jardim zen», que «aspira à contemplação, à paz, à meditação, exactamente o contrário» daquilo que vai ser, «uma arena de gladiadores, onde se morre, não se procura a vida, não se procura o interior» e onde de alguma forma campeia a «brutalidade».

Outras questões atravessam a dramaturgia do texto de Abel Neves, como a falta de comunicação entre pais e filhos, a dessacralização do espaço como dessacralização dos ideais. «Há muita coisa aqui à mistura que se vai trabalhar com os actores e vamos ver o que é que vai surgir», diz o encenador. «É uma peça que é mais do que aquilo que parece ser. Vive muito também de silêncios. Vive muito do prazer de ouvir. Vai ser uma peça seca. Não vai ter grandes efeitos sonoros, não vai ter nada disso. É uma peça de respirações. É uma peça em que, tal como diz a avó no princípio, nós devemos reaprender a ouvir, a escutar, a dar atenção ao outro».

A falta da 'maquinaria de palco'

A falta de «teatralidade» é o principal problema que o encenador Alfredo Brissos encontra nos textos dramaturgicamente de autores portugueses. «Não têm, digamos assim, a maquinaria de palco...», explica. Os grandes dramaturgos, segundo diz, «são aqueles que passaram pelo teatro também»: Shakespeare, Molière, Gil Vicente, enumera. «Torna-se muito mais fácil a quem conhece o teatro por dentro perceber os tempos teatrais, que não são os tempos da escrita, os tempos de respiração do actor, o que é a contracena». Daí que advogue a passagem daqueles que querem escrever para teatro pelas companhias como «dramaturgos residentes». Não espanta assim que considere que «não haja muitos» dramaturgos portugueses na actualidade. «Aquele que talvez tem tido uma progressão mais regular é o Abel Neves».

'O que me enche'

Vai encenar a peça vencedora do Prémio de Dramaturgia Luso-brasileiro 'António José da Silva' e a última obra que encenou, *A Dona da História* (2009), no Teatro Villaret, era de um autor brasileiro, João Falcão. Mas a paixão de Alfredo Brissos (n. 1957) é a dramaturgia anglo-saxónica. «É o que me enche», afirma o encenador, licenciado em Filologia Germânica, que dava aulas quando começou a frequentar o curso de formação de actores da Comuna, companhia em que ingressou e onde se estreou como actor, em 1985, com *Marat-sade*, de Peter Weiss, com encenação de João Mota. Seguiram-se intervenções como actor, na Comuna, onde permaneceu cerca de dezasseis anos. Mas desde 1987 foi assistente de encenação do fundador da Comuna, João Mota. «Aprendemos muito mais às vezes do lado de cá, a ver as coisas e às vezes a tomar as vezes do encenador quando ele não está», diz. Em 1995 dirige a sua primeira encenação, *Aqui*, de Michael Frayn. Outros autores anglo-saxónicos foram as escolhas seguintes: Alan Ayckbourn (*Portas Comunicantes*, 1997), *The Heather Brothers* (*Blood Money*, 1999) e *Tennessee William* (*Não Sobre Rouxinóis*, 2000). Ao entrar na Comuna, Alfredo Brissos abandonou o ensino, mas quando surgiu a hipótese de voltar tornou-se professor de Expressão Dramática na Escola Secundária José Cardoso Pires, em Santo António dos Cavaleiros, onde cria um grupo de teatro amador, *Bambolinas*. No teatro e no ensino «sou um homem feliz e realizado», diz.



Língua Portuguesa na Tunísia Menos 'distantes' do que parecem

Existem mais pontos de contacto do que à primeira vista se poderia pensar. E não é só geograficamente. Portugal e Tunísia parecem «distantes», mas a matriz mediterrânica de ambas as sociedades cria proximidades que a História apartou, mas não apagou. E a língua portuguesa, que é ensinada em duas universidades e em mais instituições presentes na Tunísia, nomeadamente no Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) «pode, de facto, ter um lugar sólido e forte num país aparentemente sem relações «afectivas» com Portugal», segundo afirma Filipa Fava, leitora do Instituto Camões (IC) e responsável pelo Centro de Língua Portuguesa (CLP/IC) na Universidade de Manouba, em Tunes, a capital.

«O grande aliado comum é o Mediterrâneo, já desde o tempo dos romanos. Temos um clima parecido, uma paisagem parecida, uma dieta alimentar muito parecida [a Tunísia é um dos maiores produtores de azeite no mundo, por exemplo]. Somos ainda culturas povoadas pela mestiçagem. Tendo feito percursos muito diferentes, somos ambos o resultado de uma grande miscigenação de povos. A Tunísia recebeu os fenícios, os romanos, os árabes, os otomanos, os franceses; tem população branca e negra; tem comunidades muçulmanas, judias e cristãs», explica Filipa Fava, que desempenha também funções de conselheira cultural na Embaixada de Portugal em Tunes.

A nível linguístico os tunisinos têm, tal como os portugueses, uma notável maleabilidade fonética, uma faceta posta precisamente por alguns ao serviço da aprendizagem da Língua Portuguesa. As motivações para aprender o idioma, no entanto, são uma outra questão. Oscilam entre a pura «curiosidade» e razões de ordem profissional, conforme refere Adriana Gesteiro, leitora do IC

na Universidade 7 de Novembro.

A «curiosidade» dos estudantes pelo Português «tem aumentado», diz esta leitora, que a considera «proporcional ao número crescente de alunos inscritos desde o início da introdução do idioma, no ano lectivo de 2007/2008».

«No BAD, as motivações são de teor profissional. Os [funcionários] internacionais que se inscrevem na disciplina fazem-no como meio de facilitar projectos de cooperação desenvolvidos em países de língua oficial portuguesa. Existem, também, profissionais que se inscrevem com o intuito de subirem na carreira, mediante acções de formação contínua», adianta ainda Adriana Gesteiro, que reparte com Filipa Fava a docência da Língua Portuguesa na instituição financeira pan-africana,

O PORTUGUÊS NAS ESCOLAS

Na Tunísia, a Língua Portuguesa é ensinada como opção dos currículos universitários, em formação contínua e em cursos livres. Ao todo são 300 alunos, indica Filipa Fava, leitora do IC.

A nível superior é ensinada na Université de la Manouba e na Université 7 novembre. Os cursos livres decorrem no Institut Bourguiba des Langues Vivantes (IBLV) e na Embaixada, que qualquer cidadão tunisino pode frequentar. A formação contínua tem lugar no BAD, com o objectivo de potenciar a comunicação desta instituição com a África lusófona. Na universidade de Manouba, o Português é uma opção em vários cursos. É também disciplina do mestrado em Comércio Electrónico da Ecole Supérieure de Commerce Electronique da mesma universidade.

leccionando três turmas de níveis iniciação, elementar e intermédio/avançado.

Já na Universidade 7 de Novembro, onde a Língua Portuguesa tem um estatuto opcional e integra os departamentos de Espanhol e de Alemão, «os alunos inscrevem-se no Português sobretudo pelo factor curiosidade», já que a língua portuguesa é recente nesta escola, acrescenta a leitora. Outro tipo de motivações são dificultadas pelo facto de as saídas profissionais serem reduzidas, «ou pelo menos sentidas como tal», explica a leitora da Universidade 7 de Novembro. «No entanto, a permanência de empresas portuguesas em território tunisino – como a Cimpor, a Efavec e a Secil – asseguram alguns postos de trabalho a recém-licenciados, nomeadamente a estudantes tunisinos que, após terem feito o Português como disciplina opcional, frequentaram um ano de estudos em Portugal com bolsas do Instituto Camões».

Estes estudantes são aqueles que «acabaram por se apaixonar intensamente pela língua e pela cultura portuguesas», segundo Filipa Fava. «Fazem então cursos de língua em Portugal, patrocinados pelas bolsas do IC, e continuam depois a usar a língua com os ex-colegas do curso e expressam-se em Português nas páginas de redes sociais como o Facebook». «A possibilidade de ir a Portugal e viver a língua e cultura em directo, em contexto de imersão, tem assim uma importância crucial no estabelecimento de relações entre o nosso país e a população da Tunísia, em particular os possíveis interessados em aprender Português. A ideia de viajar para a Europa é sempre aliciente», refere a leitora.

A criação de bolsas para estudos superiores esteve pois entre os aspectos contemplados nos documentos assinados entre Portugal e a Tunísia na reunião de alto nível realizada a 22/23 de Março. Foram rubricados um Protocolo de Cooperação nos domínios do Ensino Superior, da Investigação Científica e da Tecnologia, bem como um Programa Executivo de Cooperação nas áreas da língua, da educação, da ciência, do ensino superior, da cultura, da juventude, do desporto e dos media, assinado do lado português pela Presidente do Instituto Camões, Ana Paula Laborinho, e ainda um Protocolo de Cooperação no domínio dos Arquivos Nacionais.

Vai assim ser possível criar bolsas para estudos superiores, parcerias entre estabelecimentos de ensino superior e empresas em matéria de investigação científica e de inovação tecnológica, bem como promover o intercâmbio de professores, cientistas, investigadores e técnicos, realizar projectos conjuntos de investigação e desenvolvimento, trocar informações e documentação científica, proceder ao reconhecimento e equivalência de diplomas ou realizar manifestações científicas como conferências, seminários e oficinas de trabalho, adianta Filipa Fava.



Jacinta no Jazz à Carthage

Jacinta vai ser o nome português na edição de 2010 do famoso festival Jazz à Carthage, actuando no concerto de abertura deste evento de grande dimensão e nomeada da cena cultural tunisina que terá lugar entre 9 e 18 de Abril próximo.

Apresentada como «a artista Blue Note de Portugal», a cantora de jazz, que estará ao lado de nomes como John Lee Hooker Jr., Tomatito, Vaya Con Dios e Chucho Valdés, marca assim a agenda da presença cultural portuguesa na Tunísia em 2010, em que além da música, o cinema é outra arte em destaque no alinhamento de eventos acolhidos pelo plano anual da Embaixada de Portugal, elaborado por Filipa Fava, leitora do Instituto Camões e responsável pelo Centro de Língua Portuguesa da Universidade de Manouba.

A participação portuguesa na Feira do Livro de Tunes (23 de Abril a 2 de Maio) prevê, além de uma exposição de livros, uma jornada dedicada no dia 25 de Abril à Revolução dos Cravos, com visionamento dos filmes Capitães de Abril e Cinco Dias, Cinco Noites e degustação de petiscos portugueses.

Os Rencontres Cinématographiques de Hergla, uma cidade ao sul da Tunísia, juntam mesmo a 8 de Agosto música e cinema, com a participação do Grupo de Fados do Orfeão Universitário do Porto na soirée dedicada a Portugal em que a organização do evento homenageia o filme Anikibobô de Manoel de Oliveira. A organização queria a presença de um grupo de fados e Filipa Fava propôs a vinda de um grupo de estudantes universitários da mesma cidade em que se desenrola a acção do filme.

A programação de cinema prevê ainda, sem data definida, a realização de dois ciclos de cinema em duas importantes salas de cinema

tunisina – Ibn Rachiq na capital, Tunes, e a sala Alhambra em La Marsa, um pouco mais a norte – e a participação nas Journées de Cinéma Européen de 2010, à semelhança de 2009, ano em que Portugal ganhou o primeiro prémio da curta-metragem com os filmes A suspeita, de José Miguel Ribeiro, e Cándido, de Zepe.

Março passado viu a peça de teatro Meto a colher?, do grupo Pele, sediado no Porto, nas jornadas de teatro em Kef, cidade do interior da Tunísia, que se chamam «24 heures de théâtre non-stop» e que são exactamente isso – 24 horas de teatro sem parar com variados grupos em diversos locais.

Filipa Fava prevê também continuar a desenvolver sessões no Institut Bourguiba des Langues Vivantes, abertas ao público em geral, no sentido promover os cursos aí ministrados de cultura e língua portuguesas. Tamas como o Fado – em 2009 houve uma sessão com a presença do instrumentista de guitarra portuguesa Mário Pacheco – ou a influência árabe na cultura e língua portuguesas têm tido grande êxito.



Instituto Camões

Rua Rodrigues Sampaio, 113
1150-279 Lisboa
TEL. 351+213 109 100
FAX. 351+213 143 987
www.instituto-camoes.pt

jlencarte@instituto-camoes.pt
PRESIDENTE Ana Paula Laborinho
COORDENAÇÃO Maria José Machado
COLABORAÇÃO Carlos Lobato